

Talk show reúne quatro especialistas e lista ações que podem conter déficit

Entre ações possíveis, prováveis e até improváveis, o talk show que encerrou o **VIII Fórum Nacional de Seguro de Vida e Previdência Social**, evento da FenaPrevi realizado nesta terça-feira (23), em São Paulo, enumerou algumas propostas inspiradoras para frear a crescente sangria de recursos da previdência pública, caso esta discussão adote um tom mais racional no País. Idade mínima mais elevada para requisitar os benefícios; o fim das aposentadorias precoces de professores, por exemplo, o que aliviaria o caixa de estados e municípios a curto prazo; a criação de dois conceitos de pisos- um piso salarial nacional para fins de correção das aposentadorias; regras iguais para funcionários públicos e privados, por exemplo.

O talk show, mediado pelo jornalista William Waack, reuniu entre os debatedores Edson Franco, presidente da FenaPrevi; Helio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia; José Cechin, diretor- executivo da FenaSaúde e ex-ministro da Previdência Social; e Paulo Tafner, diretor-presidente da Companhia Fluminense de Securitização. E uma certeza: não é mais possível manter a inércia nessa matéria. A reforma é urgente porque os gastos crescentes com previdência imobilizam o crescimento e reduzem cada vez mais recursos destinados a áreas estratégicas, como educação e saúde, comprometendo a qualidade de vida das novas gerações e de toda a população.

“O tamanho da crise da Previdência é monumental. Seus gastos alcançam 11,5% do PIB atualmente e saltarão 18% do PIB nas próximas décadas (em 30 anos), se nada for feito. Significa dizer que cada trabalhador dedica duas horas e média de sua jornada diária para pagar a Previdência, média essa que subirá progressivamente quando nossas netas estiverem no mercado de trabalho, se não sairmos da inércia. Algo deve ser mudado, precisamos de alguma perspectiva de futuro, porque estamos a um passo do precipício. Hoje somos um país de renda média e amanhã um país de velhos sem ter enriquecido”, disse Paulo Tafner, diretor-presidente da Companhia Fluminense de Securitização.

“No caso da Previdência, o que nos produzimos é uma situação insustentável. Com esta estrutura de gastos da Previdência, ou se faz alguma coisa importante agora ou o acaso vai acabar fazendo. Mas temos a obrigação de tentar evitar o cenário grego para o Brasil. Usar 11,5% do PIB significa que, de cada três reais arrecadados, um é endereçado à Previdência. Se somarmos a arrecadação destinada à Previdência aos juros pagos pelo governo, quase toda a receita é consumida. O mais dramático é que, além do gasto excessivo da Previdência, é a distribuição injusta dos benefícios e pensões”, acrescenta Hélio Zylberstajn, professor da Faculdade de Economia da USP.

“Algo já deveria ter sido feito. Os casos dos professores e das aposentadorias rurais são dois exemplos. Metade dos professores se aposenta aos 50 anos, no caso das mulheres, e aos 55, no caso dos homens, e vivem mais de 30 anos em média. A idade mínima deveria aumentar imediatamente, porque esses profissionais têm condições de permanecer mais anos na ativa, gerando um alívio para os governos estaduais e municipais, os mais afetados. A aposentadoria rural também reclama ajuste, porque não arrecada quase nada e permite concessões precoces”, lembra José Cechin.

“A Previdência já representa 45% dos gastos da União, ao passo que Educação e Saúde nem 15%. Logo, o dinheiro rateado via impostos está indo para um só buraco, o que já demonstra problemas com o modelo”, destaca Edson Franco. “Precisamos de uma discussão sincera sobre os novos papéis do Estado e da iniciativa privada terão de assumir na questão da previdência”, acrescentou ele.

A conclusão dos especialistas é de que o nó fiscal está associado ao problema previdenciário, que se torna um limitador do crescimento. Um novo modelo de previdência precisa ser costurado às pressas, portanto, para ratificar o potencial de crescimento brasileiro.

Fonte: [CNseg](#), em 24.08.2016.